

DISTOPIAS EM SALA DE AULA: LITERATURA E ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DYSTOPIAS IN THE CLASSROOM: LITERATURE AND THE TEACHING OF SOCIOLOGY IN CONTEMPORARY BRAZIL

DISTOPIÁS EN EL AULA: LITERATURA Y LA ENSEÑANZA DE LA SOCIOLOGÍA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Juliana Abrão da Silva Castilho¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3829

Recibido: 21/10/2025 | Aceptado: 11/11/2025 | Publicación en línea: 18/11/2025.

RESUMO

O artigo revisita o percurso histórico e político do ensino de Sociologia no Brasil, marcado por exclusões, reinserções e disputas ideológicas que atravessam o currículo escolar desde o século XX para a construção de uma proposta de ensino coesa na disciplina. A Sociologia foi historicamente marginalizada em nome de uma educação técnica e instrumental, em especial na rede tecnológica de ensino, em especial por ser um espaço de resistência e formação crítica. Este artigo sugere uma metodologia interdisciplinares, a partir da utilização de textos literários ficcionais, em especial distopias literárias como espaço de análise, buscando incentivar a imaginação sociológica e a análise crítica da realidade. Obras como 1984 e A Revolução dos Bichos, de George Orwell, Fahrenheit 451, de Ray Bradbury, Nunca Me Deixes, de Kazuo Ishiguro, e Vox, de Christina Dalcher, servem como ferramentas para a análise de dinâmicas de poder, opressão e desigualdade. Esta proposta conecta autores clássicos da Sociologia, como Durkheim, Marx, Weber e Bourdieu, à linguagem simbólica literária, unindo teoria e prática, o contexto escolar à comunidade, atravessando o conhecimento pedagógico para desenvolver um fazer sociológico no ambiente escolar. Pretende-se, assim, estimular um aprendizado crítico e emancipador, comprometido com a leitura de mundo e com a formação cidadã, em um fazer educativo que transforme a sala de aula em espaço de reflexão, criação e luta por consciência social.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Literatura Distópica. Metodologia Crítica. Emancipação. Imaginação Sociológica.

ABSTRACT

This article revisits the historical and political trajectory of Sociology education in Brazil, marked by exclusions, reinsertions, and ideological disputes that have permeated the school curriculum since the 20th century, in order to construct a cohesive teaching proposal for the discipline. Sociology has been historically marginalized in the name of technical and instrumental education,

¹ Doutora em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: juliana.castilho@ifto.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3487-3048>

especialmente dentro do sistema educacional tecnológico, particularmente porque é um espaço de resistência e pensamento crítico. Este artigo sugere uma metodologia interdisciplinar, baseada no uso de textos literários de ficção, especialmente distopias, como espaço de análise, buscando promover a imaginação sociológica e a análise crítica da realidade. Obras como 1984 e Rebelião na granja, de George Orwell; Fahrenheit 451, de Ray Bradbury; Nunca me abandones, de Kazuo Ishiguro; e Vox, de Christina Dalcher, servem como ferramentas para analisar as dinâmicas de poder, opressão e desigualdade. Esta proposta vincula autores clássicos da sociologia, como Durkheim, Marx, Weber e Bourdieu, com a linguagem literária simbólica, unindo teoria e prática, o contexto escolar com a comunidade, e explorando o conhecimento pedagógico para desenvolver uma abordagem sociológica no ambiente escolar. O objetivo é estimular um aprendizado crítico e emancipatório, comprometido com a compreensão do mundo e a educação cívica, em uma prática educativa que transforma o espaço da sala de aula em um espaço para reflexão, criação e luta por consciência social.

Keywords: Sociology Teaching. Dystopian Literature. Critical Methodology. Emancipation. Sociological Imagination.

RESUMEN

Este artículo revisa la trayectoria histórica y política de la enseñanza de la Sociología en Brasil, marcada por exclusiones, inserciones y disputas ideológicas que han permeado el currículo escolar desde el siglo XX, con el fin de construir una propuesta pedagógica coherente para la disciplina. La Sociología ha sido históricamente marginada en nombre de la educación técnica e instrumental, especialmente dentro del sistema de educación tecnológica, particularmente por ser un espacio de resistencia y pensamiento crítico. Este artículo propone una metodología interdisciplinaria, basada en el uso de textos literarios de ficción, especialmente distopías, como espacio de análisis, buscando fomentar la imaginación sociológica y el análisis crítico de la realidad. Obras como 1984 y Rebelión en la granja, de George Orwell; Fahrenheit 451, de Ray Bradbury; Nunca me abandones, de Kazuo Ishiguro; y Vox, de Christina Dalcher, sirven como herramientas para analizar las dinámicas de poder, opresión y desigualdad. Esta propuesta vincula a autores clásicos de la sociología, como Durkheim, Marx, Weber y Bourdieu, con el lenguaje literario simbólico, uniendo teoría y práctica, el contexto escolar con la comunidad, y explorando el conocimiento pedagógico para desarrollar un enfoque sociológico en el entorno escolar. El objetivo es estimular un aprendizaje crítico y emancipador, comprometido con la comprensión del mundo y la educación cívica, en una práctica educativa que transforma el aula en un espacio para la reflexión, la creación y la lucha por la conciencia social.

Palabras clave: Enseñanza de la Sociología. Literatura Distópica. Metodología Crítica. Emancipación. Imaginación Sociológica.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A entrada da sociologia como disciplina do Ensino Médio data de 1925, no colégio Dom Pedro II, tradicional e pioneira escola carioca. Em 1928 a disciplina passa a fazer parte do currículo de maneira obrigatória tanto no Rio de Janeiro quanto em Recife. Daí por diante até o golpe que instalou a ditadura militar no Brasil em 1937 a disciplina passa a ser ministrada nas escolas de todo país, no então ensino secundário. Em 1942, no Governo de Getúlio Vargas, a disciplina deixa de ser obrigatória e passa a ser ministrada apenas nas escolas chamadas de normalistas. Com a radicalização da ditadura militar, a partir de 1964, a disciplina é excluída dos currículos escolares e muitos de seus professores são perseguidos, presos, cassados, torturados ou aposentados compulsoriamente, notoriamente após 1969 e o Ato Institucional nº 5, que marcou a diminuição da liberdade de expressão no Brasil. Neste sentido percebe-se o surgimento de uma forte campanha de difamação e substituição da Sociologia e Filosofia por disciplinas como Organização Social Política Brasileira - OSPB e Educação Moral e Cívica - EMC, respectivamente.

Com o movimento de Diretas Já, a redemocratização das relações políticas e a volta da liberdade de expressão no final da década de 1980 e durante a década de 1990 os professores da área movimentam-se para garantir o retorno da disciplina, que objetiva dar aos indivíduos fundamentos epistemológicos para pensar a sociedade. O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, executa o programa educacional de postura liberalista, implantando a desregulamentação dos processos educacionais através de artifícios variados, dentre eles, a inserção da temática da transversalidade, argumentando que esta supriria a demanda por retorno da Sociologia como disciplina curricular. Até os dias atuais a transversalidade é um modelo de difícil compreensão e complexa aplicação que cria áreas de saber e não disciplinas e gera um problema: a falta de identidade no ensino das disciplinas.

O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei 9394/96, na ocasião, previa que o aluno apenas deveria demonstrar ter conhecimento de sociologia e de filosofia, o que, no contexto da transversalidade poderia ser dado por um professor de qualquer área. Após o longo de redemocratização também foi longa e atribulada a tramitação do Projeto de Lei que instituiu o retorno da Sociologia ao Ensino Médio, fruto da luta e engajamento político de professores e líderes sociais, a lei 11.684/08 foi sancionada pelo Presidente em exercício, José de Alencar, e corrigindo um erro histórico. Um erro dessa natureza pode ser mais claramente compreendido se

considerarmos a hipótese de que tivesse ocorrido com disciplinas consideradas centrais, como a Língua Portuguesa, o que implicaria restringir o acesso da população à leitura, ou ainda com qualquer outro componente curricular igualmente essencial ao desenvolvimento integral do cidadão (Carvalho, 2004).

Atualmente os professores de Sociologia de todo o país, em especial os que atuam nas séries finais da educação básica, vivenciam mais uma jornada de luta. Após a reinserção da disciplina no ensino médio uma nova reformulação da lei que normatiza a educação (Lei n. 9394/96) retirou, novamente, a obrigatoriedade das disciplinas científicas de todas as séries. Esta foi uma reedição realizada às pressas e à força, atropelou as discussões realizadas com os maiores interessados no processo educativo e impôs um modelo de educação excludente, que mais uma vez precariza a atividade laboral de professores e atinge em especial a educação pública, uma vez que desregula o ensino científico, abrindo espaços para a legitimação da dominação social.

Essa nova “reforma” impacta especialmente a Sociologia por sua estabilidade enquanto disciplina ter sido historicamente fragilizada por idas e vindas no currículo escolar desde a década de 1940, provocadas por disputas políticas sobre a legitimidade do conhecimento sociológico (Carvalho, 2004). O caráter emancipador da disciplina parece incomodar. Enquanto educadores, é fundamental compreender as dinâmicas imagéticas e de representação que permeiam essas disputas, pois elas se refletem em diversas instâncias - em especial na escola básica, que, como afirma Gadotti

[...] é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial; mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. A escola é uma instabilidade, mais ou menos aberta, a nossa ação (Gadotti, 2000, p. 150).

Nem sempre é observada a peculiaridade da organização curricular desta disciplina ao instalá-la no Ensino Médio e há a tendência em incluir Sociologia como disciplina ofertando em apenas uma aula de 50 minutos por semana, o que transforma o ensino da disciplina em uma complicada missão para o professor, uma tarefa impossível de ser cumprida, dado o extenso currículo sugerido à disciplina e à característica nata da disciplina de ser reflexiva e provocativa de debate (Casão; Quintaneiro, 2007).

O contexto da formação, em especial do nível médio, perpassa pela construção de um sujeito democrático, crítico, consciente de seus direitos, deveres e ações. O que expressa uma íntima relação entre educação e cidadania. Inequivocamente, para além de uma normatização

legal a expressão social dos processos de ensino e aprendizagem atravessa práticas sociais, cidadãs, justas e democráticas (Gentili, 2000). A construção social dos significados é uma constante. As referências imagéticas e sensoriais da realidade são constantemente reformuladas, modificadas, deturpadas, incrementados, compartilhados ou, até mesmo, negadas por nós, sendo, em última instância, socialmente construídas. Da mesma maneira a percepção sobre uma disciplina e seu papel social é pode ser reelaborado.

Mota (2005), investigou as percepções de professores do ensino médio sobre o papel da Sociologia na formação dos jovens estudantes. A sua produção demonstrou a coexistência de duas perspectivas: para parte dos entrevistados, a disciplina deve estimular a criticidade na formação do cidadão, enquanto para outros, o papel da Sociologia é o ensino de conceitos e a instrumentalização dos métodos das Ciências Sociais. Esta perspectiva estruturalista da prática do professor estimula a tensão entre o conhecimento e a atuação dos docentes da área, ao mesmo tempo que revela a busca pelo equilíbrio entre a perspectiva emancipatória da formação e o rigor conceitual. Mota (2005) evidencia que a permanência da Sociologia na matriz disciplinar do Ensino médio, direcionou tanto os profissionais quanto o círculo acadêmico na área à insistirem pela importância da mesma para a formação integral dos estudantes.

Outro fator importante neste panorama trata da formação do docente em Ciências Sociais. Pouca ou nenhuma ênfase é dada ao preparo para a atuação em salas de aula do Ensino médio. O período ditatorial parece ter atingido a percepção do centros formadores das escolas superiores em Ciências Sociais e deslocado a construção do professor para área enquanto um docente universitário, uma vez que as licenciaturas construíram suas matrizes curriculares para a formação de pesquisadores (Moraes, 2003). Neste sentido, se faz necessária uma reapropriação e a reconstrução social da figura do professor de Sociologia e a transposição do conteúdo e da didática em um modelo que seja direcionado, desde a concepção, para a realidade e para o potencial cognitivos da formação de jovens em formação básica.

Outro aspecto que influencia o ensino de Sociologia é a inexistência de uma tradição pedagógica consolidada. Embora existam numerosas publicações que abordam aspectos teóricos e históricos da disciplina, ainda é incipiente a sistematização de metodologias específicas que consolidem a prática sociológica e a implemente no contexto escolar (Takagi, 2007). Ainda Segundo Takagi (2007) há necessidade de incorporar ao ensino procedimentos próprios da investigação sociológica, como a observação empírica, a análise de dados e a realização de entrevistas, a fim de favorecer certo engajamento do corpo estudantil no acesso à lógica do

pensamento científico, nos processos de pesquisa e na compreensão crítica da realidade.

A integração curricular proporciona espaços de articulação entre os saberes científicos, culturais e técnicos, cujo propósito é favorecer a compreensão crítica das relações entre o trabalho e a vida social (Ciavatta, 2014). Contudo integrar demanda certa intencionalidade pedagógica do planejamento e de práticas didáticas, a fim de promover o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, a integração entre a Sociologia e a Língua Portuguesa, e em especial a literatura constroem conexões que possibilitam ao estudante apreender o sentido histórico e social do conhecimento.

Esse enfoque evidencia a importância de integrar ensino e pesquisa no espaço escolar, de modo que o aluno não apenas aprenda conceitos, mas também experimente a sociologia como prática reflexiva. Historicamente, Takagi (2007) ressalta que o retorno da disciplina aos currículos escolares, no início dos anos 2000, não foi acompanhado de uma didática consolidada, o que levou muitos docentes a recorrer a modelos de ensino de outras áreas, como História e Filosofia. Em seu balanço da produção acadêmica sobre o ensino de Sociologia, o autor chama atenção para a urgência de desenvolver uma identidade pedagógica própria, capaz de articular os fundamentos teóricos e metodológicos da ciência social à realidade da escola.

2 SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO – POR QUE É TÃO DIFÍCIL CONSTRUIR UMA PROPOSTA COESA?

Após esse breve histórico recente, importante para refletirmos sobre a ocorrência dos fatos que marcaram a saída e o retorno da sociologia no Ensino Médio faz-se igualmente relevante refletirmos de que maneira devemos inserir a disciplina. Pois me parece no mínimo interessante verificarmos a disciplina, juntamente com Filosofia, sofreram uma campanha de difamação bastante convincente, dada a dificuldade de reintroduzi-las automaticamente após o desaparecimento do impeditivo de seu exercício (o regime militar e sua política de limitação da liberdade de escolha e livre pensamento). O maior limitador parece ter se dado pelo fato de que um regime limitador foi substituído por outro. Também não interessava ao capitalismo de mercado a reintrodução de disciplinas como Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, uma vez que este ciclo educacional parecia cumprir seu papel para o sistema: gerar trabalhadores (ficam os questionamentos). Não se faz necessária mais nenhuma digressão reflexiva, política ou até

mesmo militante para perceber que ainda hoje a disciplina de Sociologia é colocada à margem nas matrizes curriculares do ensino médio.

"O conjunto de crenças e de sentimentos comuns entre os membros de uma mesma sociedade, forma um sistema determinado que tem sua vida própria; podemos chamá-la de consciência coletiva ou comum" (Durkheim, 1999, p. 46). Pode-se perceber que a consciência coletiva é este conjunto de conhecimentos coletivos compartilhados pelo conjunto dos membros da sociedade e espelham saberes que foram instaurados historicamente nas consciências individuais, dormitam nestas como leis gerais de conduta de auxiliam na tomada de decisões, em nossas escolhas morais, políticas e éticas. Remeter ao clássico sociológico coloca esta proposta em um lugar comum: alcançar um modelo que efetivamente crie espaços mais atrativos para o ensino de sociologia, visando, ao longo do tempo torna-lo normal (segundo a perspectiva de Durkheim) em nossa realidade educativa. Arroyo nos lembra que o currículo é "[...] o território mais cercado, normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado [...]" (Arroyo, 2013, p.1-10). O currículo não está imune das disputas pelo poder. Saberes, sentidos e legitimidades definem a autoridade de quem pode falar e de quem pode somente ouvir e acatar. Também são socialmente estabelecidos debates onde apenas as vozes mais privilegiadas do campo determinam o que pode ser ensinado e o que é considerado como válido (Arroyo, 2013). Assim a sociologia foi sendo, cada vez mais empurrada para a margem do currículo escolar.

Bourdieu e a noção de campo também colabora para o peso desta jornada. O campo da educação tem interrelação com outros campos, mas é eminentemente político, pois é um campo permeado por disputas (Bourdieu, 2012).

Importante se faz esta reflexão por que a mudança que se operou em torno da disciplina de Sociologia não possui qualquer justificativa pedagógica ou didática, partiu de um conjunto de decisões que, historicamente, foram políticas. Em diferentes momentos da educação no Brasil optou-se pela retirada desta disciplina do currículo básico como meio de calar o livre pensamento e assim o instaurou-se no campo da educação uma mensagem clara: a disciplina colabora para a formação do livre pensamento e de uma identidade social mais democrática, reflexiva, cidadã e participativa, porém esta permanece à margem enquanto conteúdo a ser ofertado.

De maneira geral esse foi somente uma das consequências do regime militar para nosso país no que tange aos valores sociais e culturais. O modelo de cerceamento do pensamento instaurado durante os anos de ferro, no Brasil mais demarcados entre 1968 e 1974, faceta mais autoritária da ditadura militar, instalou um modelo de consciência coletiva que leva aos

Brasileiros a fugirem de contestações e contendas políticas. Neste mesmo período o incentivo à alienação fomentou formas culturais de massa populares menos complexas se comparadas à Música Popular Brasileira (MPB), às artes plásticas, ou ainda mais, à arte marginal. Uma população que não aprofunda teoricamente as discussões sobre economia, política ou cultura, nem debate cotidianamente temas atuais, não conhece a diferença entre o que são os partidos de esquerda ou direita (confundindo radicalmente os princípios de ambos) e pratica abertamente atos de discriminação e racismo, muitas vezes normalizando-os (Martins, 2019).

Segundo Sarandy

Se na primeira metade do século XX o ensino de sociologia ocupava lugar de destaque nos debates educacionais e políticos, atualmente é relevado a periferia acadêmica, tratado com indiferença pelos gestores públicos da educação e abandonado a um discurso em geral corporativista dos sindicatos de sociólogos (2011, p. 6).

Essa indiferença parece ser reafirmada na construção dos Projetos institucionais para o Ensino Médio e o discurso dos profissionais é levado ao segundo plano, uma vez que a Sociologia ainda não conseguiu tempo para maturar, enquanto disciplina, sua matriz curricular. No que tange o currículo da disciplina, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais “O estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política” (Brasil, 1999, p. 36).

A partir desse quadro, têm-se alguns dados importantes para reflexão. Primeiramente, a disciplina Sociologia tem uma constituição histórica (já demonstrada) bastante diversa das demais disciplinas do Ensino Médio. Por ser uma disciplina só recentemente incluída e por ter sido marginalizada após sua inclusão. Não houve o amadurecimento de professores e ainda não se efetivaram discussões e tradições no ensino da disciplina para que através do diálogo entre universidade (produtora de conhecimento científico) e escola (formadora de cidadãos) fosse possível instituir um currículo mais ou menos consensual para a disciplina no âmbito escolar. Segundo Bridi, Araújo e Motim (2010) a própria evolução do sistema escolar é responsável por esta separação entre escola e universidade, pois na antiguidade todo o conhecimento era centrado na figura do professor, que através da escola realizava produzia o saber e divulgava esse conhecimento a seus alunos. Hoje notamos que com o desenvolvimento econômico e as transformações culturais e sociais e o advento da modernidade, o local de desenvolvimento científico e de divulgação deste conhecimento se tornaram distintos. A universidade e os grandes

centros de pesquisa se tornaram locais cada vez mais elitizados econômica, social e culturalmente e cada vez mais distante da escola. O debate entre escola e universidade é ainda frágil e pouco ativo, o que dificulta o estabelecimento de uma ponte pela qual o saber produzido nos grandes centros acadêmicos possa proporcionar crescimento intelectual a população em geral. Se no campo do currículo é difícil estabelecer uma coesão em termos de conteúdos, metodologias e recursos o debate torna-se ainda mais escasso. Poucos são os grupos que hoje mantêm continuidade na discussão sobre a área e os avanços ainda são pequenos.

Outro fator decisivo para ser ponderado nesta questão, que pretende resultar em possibilidades para uma nova metodologia de ensino, é o público atingido pelo advento da sociologia no ensino médio: os jovens. Desconsiderar todo o conteúdo social e o histórico educacional deste público, enquanto categoria de estudo, pode recorrer em erro de análise, dificultando o estabelecimento de uma prática educacional efetiva.

A principal problemática que podemos observar no ensino de sociologia para o Ensino Médio por parte de professores é a simples transposição do modelo didático/pedagógico universitário para o ensino médio, desconsiderando a vivência e a capacidade de desenvolvimento intelectual muito diferente dos dois níveis educacionais. Os alunos de ensino médio, em especial do primeiro ano, jamais tiveram contato com uma disciplina nos moldes da Sociologia. A faixa etária destes alunos varia entre 12 e 15 anos, dependendo da realidade socioeconômica e cultural da região a que pertencem, desigualando, naturalmente, alunos do ensino médio e do ensino superior. A realidade deste grupo está permeada de conhecimentos e sentidos para o qual os professores com uma visão muito acadêmica do ensino da Sociologia não está e em grande parte não foi preparada para enfrentar, nem nos cursos de Licenciatura nem em sua vivência cotidiana, pois o que em muitos casos acompanha-se, na prática, é uma metodologia de ensino muito pautada no tradicionalismo pedagógico, no que tange o ensino superior, transposto para o ensino médio.

Percebe-se que o comportamento social dos jovens hoje é coordenado por uma série de aspectos e fatores que moldam a cultura jovem, sendo o principal deles a relação que este os jovens estabelecem com as mídias sociais. Segundo Libâneo “a escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber; há uma multiplicidade de saberes que circulam em inúmeros canais e lugares” (2006, p. 28). O desenvolvimento das cidades e expansão da cultura urbana culminam, em termos culturais, em um saber muito mais diversificado e fluído a ser aprendido, cada dia mais, de maneira dinâmica. Televisão, o rádio, a internet, suas redes e modelos de sociabilidade,

são os canais pelo qual a cultura jovem se formula, transforma e dissemina formando uma teia de significados própria.

Para entender como jovens processam o conhecimento devemos nos reportar ao conceito de geração. Segundo Feixa e Leccardi “o conceito de consciência geracional tem mais dois componentes: em primeiro lugar, a historicidade e, em segundo, o vínculo estreito com a dimensão da experiência.” (2010, p. 8) para tanto é necessário enquadrar os jovens em um determinado contexto histórico, no qual se encaixam e se percebam cultural e socialmente, com consciência de passado e presente e a perspectiva do futuro, interrelacionando suas vivências com as das gerações que compartilham o mesmo tempo e espaço social com eles, elaborando entre as gerações vínculo subjetivo (Feixa; Leccardi, 2010).

Percebe-se que a consciência geracional expressa por jovens é hoje intensamente pautada no reflexo do contato com outras gerações, e ao mesmo tempo tem grande influência dos sistemas de pensamento social, expresso pelas mídias, fabricado, ou, construído pelas diferentes gerações anteriores que compartilham o mesmo tempo histórico com os jovens, e geram conteúdos para estes, que os interpretam e modificam amplamente. Portanto vivemos um ambiente comunicacional único, de conhecimentos e tecnologias nunca antes propagados; expressão de saberes e comportamentos resultantes da contemporânea relação dos conhecimentos geracionais deste período, do desenvolvimento tecnológico e econômico, dentre outros fatores que colaboram para o cenário atual (Soares, 2006).

Neste contexto focalizamos o ambiente educacional e mais especificamente a inclusão da sociologia no ensino médio. Esta inclusão, ainda recente, está em processo de sedimentação e precisa levar em consideração os aspectos geracionais e o advento das mídias sociais para obter êxito.

3 JUVENTUDE E SOCIOLOGIA: A ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA COESA

Um ponto de coesão entre as discussões sobre a instauração da sociologia no Ensino Médio fica em torno da formação proporcionada pela disciplina aos estudantes e a partir desta perspectiva são orientados os currículos. “O pensar, refletir e analisar sociologicamente as transformações do mundo atual provoca conteúdos imprescindíveis para estudantes que estão prestes a ingressar no ensino superior” (Bridi; Araújo; Motim, 2010, p. 50). Estes conteúdos são importantes para o desenvolvimento de um indivíduo autônomo, discursivo e analítico e colabora

não só para a formação de um cidadão completo como para um futuro trabalhador, integrando escola (formação atual), universidade (formação futura) e o mundo do trabalho (atuação prática), principalmente no caso das escolas profissionalizantes e em especial dos Institutos Federais.

Para percorrer este percurso algumas diretrizes são relevantes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio orientam que, a disciplina deve abranger o estudo das Ciências Sociais como um todo, portanto, Sociologia, Antropologia e Política. O que dá para os professores um direcionamento na elaboração de um Currículo de Sociologia, mas também dá a este uma amplitude de possibilidades muito grande, condensando três Ciências dentro de uma disciplina.

Os professores de sociologia podem optar por um currículo que contribua para o exercício da cidadania, sendo este um dos objetivos do Ensino Médio como um todo, base para a elaboração curricular não só da Sociologia, mas não pode perder outros focos: formação para o futuro (mundo do trabalho e convívio social), formação para as situações cotidianas da própria juventude e o desenvolvimento intelectual.

A instauração da disciplina de Sociologia no Ensino Médio surge, em parte, como uma tentativa de atenuar essa problemática e, em parte, como forma de contribuir, juntamente com as demais disciplinas do eixo das Ciências Humanas, para a reconstrução da identidade coletiva do cidadão brasileiro. Tendo em vista este compromisso esta pesquisa foi conduzida para direcionar novas formas de ensinar sociologia, utilizando a interdisciplinaridade para conduzir à aprendizagem de temáticas variadas. A sociologia, enquanto ciência busca existir “de modo útil, desenvolvendo-se e exercendo sua plena função cultural” (Costa Pinto, 1944, p. 15). E para tanto este artigo apresenta uma forma de se instrumentalizar o uso de artifícios legados à profissão de sociólogo para ensinar aos alunos utilizando conteúdos culturais e produtos sociais de outros campos educativos, neste caso a literatura.

4 O USO DE DISTOPIAS LITERÁRIAS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

A literatura distópica, por sua natureza crítica e reflexiva, constitui-se em um potente instrumento pedagógico para o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Essas narrativas permitem que o aluno explore, de maneira simbólica e contextual, as relações de poder, as formas de dominação e resistência, bem como os processos de alienação e conformismo social. A leitura de

obras distópicas amplia a compreensão sociológica dos estudantes ao relacionar o imaginário literário com os fenômenos sociais concretos.

5 METODOLOGIA: USO DE DISTOPIAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

O projeto de ensino de sociologia utilizando distopias tem uma proposta metodológica estruturada para atender o Ensino Médio, no qual narrativas literárias distópicas são utilizadas como instrumentos de mobilização e aplicação de conceitos sociológicos, além de estimular a reflexão crítica. O modelo de aplicação deste método se divide em três etapas: a seleção e leitura da obra; aprendizagem conceitual, a análise da obra a partir dos conceitos aprendidos.

Na primeira etapa, é realizada a apresentação de uma lista de obras literárias do cânone ficcional para os estudantes. São livros clássicos como *1984* e *Revolução dos Bichos* de George Orwell, *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury e *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, ou obras contemporâneas, como *Eu, Robô* de Isaac Asimov, *Vox* de Christina Dalcher e *Não me abandone jamais* de Kazuo Ishiguro, entre outras produções clássicas e contemporâneas. Estas obras são apresentadas para livre escolha dos estudantes e o objetivo é proporcionar a aproximação inicial entre o campo literário e o contexto sociológico, incentivando a leitura pela livre escolha da obra a partir dos temas sociais que são nela abordados, direcionando a leitura crítica. O uso de narrativas ficcionais em sala de aula permite a compreensão de realidades sociais complexas por meio da mediação simbólica e afetiva que a literatura proporciona. Este estímulo à aprendizagem instiga a curiosidade e à imaginação. Segundo Freire, “o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade.” (Freire, 1996, p. 31).

Na segunda etapa, denominada busca-se desenvolver a aprendizagem conceitual, introduzindo aos estudantes os principais conceitos sociológicos que servirão de base para a análise das obras escolhidas por cada um. Nesse momento, o professor atua como mediador entre o conteúdo teórico e as diferentes perspectivas sociais ou de grupos apresentadas pelas obras literárias, oferecendo instrumentos teóricos que permitam aos alunos compreender o tecido social representado pelas narrativas ficcionais. Conceitos como poder, dominação, ideologia, classe, alienação e controle social são trabalhados de forma articulada, não somente através dos textos literários nos quais os alunos estão se debruçando, mas em outras obras literárias, da música ou do cinema, buscando aproximar o conteúdo teórico das produções culturais construídas

historicamente. Essa perspectiva dialoga com o que Freire (1987) defende ao afirmar que o aprendizado se torna significativo quando o estudante se reconhece como sujeito do processo, capaz de construir sentidos a partir de sua realidade vivida. Para Freire “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Freire, 1987, p. 47).

A terceira etapa consiste na realização de uma análise da obra a partir dos conceitos aprendidos, quando os estudantes aplicam os fundamentos teóricos à interpretação sociológica das narrativas distópicas. São realizados debates em sala de aula, como em círculos de leitura, mas envolvendo debate qualificado pela teoria. As discussões emergem a partir de perguntas orientadoras, tais como: *Quais formas de poder e dominação estão representadas na narrativa?; Como o controle do conhecimento e da informação aparece na obra?; Que desigualdades de gênero, classe ou etnia se evidenciam nas relações sociais representadas?*

Durante todo o processo, os alunos são incentivados a identificar passagens significativas das obras, analisar o papel dos personagens, a consequência dos atos perante os grupos sociais e as normas e padrões impostos pelo universo no qual os personagens estão imersos, o que os leva a refletir sobre as dinâmicas sociais retratadas. Essa prática não se limita à leitura estética ou linguística da literatura, mas busca compreender as narrativas como construções simbólicas de contextos históricos e políticos, tanto aqueles vivenciados por seus autores, quanto os modelos sociais por eles construídos. Conforme argumenta Medeiros e Mateus, a literatura distópica “atua como um espaço de projeção crítica das estruturas sociais, permitindo ao leitor reconhecer e problematizar as formas de dominação e resistência presentes no mundo real” (2019, p. 5).

Este método de ensino permite que o estudante compare sua experiência de mundo com as configurações narrativas ficcionais. Essa atividade busca promover criticidade para além do aprendizado teórico, mas é importante, por parte do professor ter uma postura estimulante e não cerceadora, para estabelecer junto ao alunato um espaço para a aprendizagem, desta forma colabora-se para que o estudante desenvolva a imaginação sociológica.

Para este modelo de ensino foram utilizadas sete obras: *1984* e *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell; *O Senhor das Moscas*, de William Golding; *Vox*, de Christina Dalcher; *Não Me Abandone Jamais*, de Kazuo Ishiguro; *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury; e *Eu, Robô*, de Isaac Asimov. Cada uma delas, a seu modo, contribui para a problematização de temas fundamentais da Sociologia, ao mesmo tempo em que possibilita o diálogo transversal com outras áreas das humanidades e da linguagem, como a História, a Geografia, a Filosofia e a própria Literatura.

A atividade se desenrola ao longo de dois meses. Tempo suficiente para ler, discutir, pensar junto. Nesse percurso, os estudantes são provocados a interpretar as obras pela lente da Sociologia. A ideia é que compreendam os textos não só como ficção, mas como espelho de um tempo, de qualquer tempo, aliás, onde os conflitos, as exclusões e as disputas simbólicas persistem. O exercício é de leitura e, mais do que isso, de posicionamento. Ler é tomar parte. É também se ver dentro da história. Com isso, pretende-se mais que decorar conceitos: busca-se formar pensamento autônomo, capacidade de argumentação e consciência social. São fundamentos da cidadania crítica. São, também, uma forma de devolver à Sociologia seu papel de confronto com o mundo.

Entre as leituras, *1984* de George Orwell (2009), sempre irrompe com força. É uma das representações mais duras do totalitarismo moderno. O texto ainda assombra. Orwell escreve sobre uma sociedade vigiada, submetida à manipulação da linguagem e da memória. Um mundo onde o controle não precisa de algemas, basta o olhar constante do “Grande Irmão”. Décadas depois, Foucault (1975) aprofundaria esse diagnóstico, chamando de “panoptismo” o poder que vigia sem precisar punir. O “Ministério da Verdade” de Orwell, assim, é mais que metáfora: é o rosto cotidiano do biopoder, do controle das vidas e dos corpos. Nesse sentido, a linguagem assume papel central. A linguagem é um fenômeno social e dialógico, constituído nas interações entre sujeitos e contextos (Bakhtin, 2014). Por isso, a aprendizagem da sociologia e da literatura podem ser inter-relacionadas, uma vez que ambas dependem da capacidade de interpretar, produzir e argumentar a partir de textos complexos, possibilitando o desenvolvimento daquilo que Perrenoud (1999) denomina “competências cognitivas complexas”, indispensáveis para o exercício da cidadania crítica e a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Em *A Revolução dos Bichos* de George Orwell (2007), a denúncia muda de tom, mas é a mesma: o poder corrompe. Os porcos assumem a granja e, com ela, o discurso da igualdade. Mas logo aprendem a mentir. “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros.” A frase representa muito do que Marx e Engels escreveram em sua obra *A ideologia alemã* (1979) mas, reescrito em fábula. É a ideologia se impondo como verdade, como alertavam Marx e Engels, quando diziam que “as ideias dominantes de uma época são sempre as ideias da classe dominante” (1979, p. 72). A revolução falha porque se perde em burocracia e medo. E a literatura, aqui, denuncia isso com mais potência que qualquer gráfico.

O Senhor das Moscas e Willian Golding (2014) é outra obra que representa uma ferida em aberto. Um grupo de meninos isolados em uma ilha tenta construir uma nova ordem. Não

demora para o caos se imponha. A violência brota como se fosse natural, e é isso que escancarado e brutal, nos leva a pensar sobre como os indivíduos podem perder as orientações morais quando colocados em situações específicas de convívio social. Durkheim (1999) diria que falta coesão, falta norma, falta sociedade. A leitura nos obriga a pensar o quanto dependemos do outro, e o quanto a ausência de regras é também ausência de humanidade. É o retorno à barbárie.

Já *Vox* (DALCHER, 2018) traz o silêncio como instrumento de poder. As mulheres só podem falar cem palavras por dia. O resto é punição. Uma metáfora cruel e ainda assim familiar. A mordaca simbólica que atravessa séculos reaparece aqui com nova roupagem. Bourdieu (2012) chamaria isso de *poder simbólico*: a capacidade de fazer o dominado aceitar como natural a própria dominação. Butler (1990) acrescentaria: o gênero é uma performance regulada, uma norma encarnada. O silêncio é, portanto, mais que ausência de fala — é a imposição da obediência.

Em *Não Me Abandone Jamais* (ISHIGURO, 2005), a distopia parece branda, mas é devastadora. Clones criados para doar seus órgãos vivem e morrem sem revolta. Não há gritos. Só resignação. Marx (2013) chamaria isso de *reificação*: quando as pessoas se tornam coisas, e a vida, mercadoria. Ishiguro nos obriga a olhar o capitalismo sem metáforas — o corpo humano transformado em produto. É o limite ético da racionalidade instrumental. É o triunfo da técnica sobre a existência.

Com *Fahrenheit 451* (BRADBURY, 2013), a chama é literal. Livros queimam. Ideias viram cinza. O conhecimento, censurado. É o pesadelo da alienação cultural, a morte do pensamento crítico. Aqui, o fogo é o símbolo da ignorância deliberada. Para Freire (1987) saber ler o mundo precede a leitura das palavras. Bradbury leva isso às últimas consequências — quando o mundo perde o sentido, a palavra deixa de existir.

Por fim, *Eu, Robô* (ASIMOV, 2014) lança a Sociologia para o futuro. Ou talvez para o presente. Os dilemas da inteligência artificial, os medos da máquina que pensa, falam da mesma racionalidade que Weber (2004) denunciava como a prisão de ferro da modernidade. A técnica domina o homem. A razão torna-se instrumento de dominação. Asimov pergunta: o que acontece quando o humano deixa de ser o centro da própria criação? E essa pergunta não é ficção.

Usar distopias no ensino de Sociologia é mais que um recurso didático. É uma escolha política. É ler o mundo como ele é, e como poderia ser outro. Neste sentido, a literatura serve de espelho e de arma. Forma, informa e fere. Ao aproximar o estudante da teoria sociológica pela via da ficção, o ensino se torna prática viva, provocadora, coletiva. É uma Sociologia que sai da

abstração e volta pra rua, pro corpo, pra vida com creta.

É após a leitura destas obras, em geral, o professor pode propor atividades de análise e debate em pequenos grupos, nas quais os estudantes categorizam práticas, valores, comportamentos e disposições presentes no texto segundo os conceitos sociológicos clássicos e modernos. Esta é uma etapa do processo em que os textos literários constituem o ponto de partida para o mapeamento de relações de poder e de desigualdades sociais, questões de gênero, interação, consciência coletiva, classes sociais, dominação, senso comum, dentre outros. Em uma dinâmica de escrita e debate os estudantes aproximam os temas sociológicos da sociedade ou grupo descritos nas obras. Os momentos coletivos são utilizados para destacar trechos dos livros lidos, as obras e o perfil dos personagens, realizando um movimento, mesmo que ainda incipiente, de análise sociológica.

Assim, o uso de distopias literárias no ensino de Sociologia também busca ampliar o repertório cultural dos estudantes, favorecendo a reflexão crítica e o diálogo entre teoria e prática. Essas obras, ao retratarem sociedades imaginárias, revelam os dilemas sociais, políticos e éticos do mundo real, presente e passado, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais significativo e emancipador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de distopias literárias como recurso didático se mostrou uma estratégia eficaz no processo de ensino e aprendizagem da Sociologia no Ensino Médio, especialmente quando objetiva-se oferecer ao alunato a possibilidade de estabelecer conexões entre a teorias sociológicas, clássicas e modernas, e os dilemas dos universos sociais criados por literatos. Esse modelo também produz uma liberdade crítica e analítica, pois não há o compromisso da análise da realidade, que por muitas vezes pode exercer um peso. A proposta, portanto, fundamenta-se na articulação entre literatura e ciências sociais, em especial, a sociologia, apostando na capacidade das narrativas ficcionais de despertar a sensibilidade crítica dos alunos para as estruturas de poder, os mecanismos de controle e as formas de dominação que moldam a vida em sociedade, tanto nas ficções quanto na realidade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ASIMOV, Isaac. **Eu, robô**. Rio de Janeiro: Aleph, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.
- BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e Aprender Sociologia no Ensino Médio**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity**. Nova York: Routledge, 1990.
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de (org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Unijuí, 2004. p. 17–60.
- CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís. Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 225–238, 2007.
- CIAVATTA, Maria. **Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. São Paulo: Cortez, 2014.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O ensino das ciências sociais no Brasil**. Sociologia, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 3–42, 1944.
- DALCHER, Christina. **Vox**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185–204, maio/ago. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? In: AZEVEDO, João Carlos; GENTILI, Pablo; KRUG, Alberto; SIMÓN, Carmen (org.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 143-156.

GOLDING, William. **O senhor das moscas**. São Paulo: Alfaguara, 2014.

ISHIGURO, Kazuo. **Não me abandone jamais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores? **Educativa**. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 25-45, jan/jun, 2006.

MARTINS, P. H. **Cultura autoritária no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, v. 30, n. 1/2, p. 105-132, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Veronica da Silva; MATEUS, Ana Maria Lisboa de. **Literatura distópica, ontem e hoje: um percurso na história e na ficção**. Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, n. 22, p. 1-16, 2019.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, jun. 2003. MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da Sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 88-107, jan./abr. 2005.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. O ensino de sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, UFF, mar. 2011.

SOARES, Maria Salete Prado. **Comunicação, linguagens e tecnologias no cotidiano escolar**. Percursos, Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2006.

TAKAGI, Cassiana Tiemi. O ensino de Sociologia e os desafios da prática docente. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 45-60, 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.